

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)



EDITORA



Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by
Alexandre de S. C. Barros et al.
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:
Fatima Rejane de Meneses
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:
Antônio Batista Filho

Arte-final:
Valperino Andrade

Capa:
Luiz Eduardo Rezende

ISBN
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.
Fleischer, David, org.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	07
APRESENTAÇÃO	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983)	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretária do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Doméstico, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).

PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS

Capítulo 8

OS MILITARES E A "ABERTURA" NO BRASIL*

*Alexandre de S.C. Barros e
Paulo Roberto da Costa Kramer*

Introdução

Este artigo discute algumas mudanças ocorridas entre os militares brasileiros e o impacto que elas exerceram sobre suas atitudes em face da "abertura" política que vem se processando desde 1974, quando foi inicialmente batizada de "descompressão"¹.

O processo de abertura é complexo, pois envolve todos os grupos da sociedade, e é nosso palpite que ele envolve essencialmente todos os tipos de atores políticos, individuais e coletivos, no sentido de que estes desenvolvam novas noções acerca de seus novos papéis, bem como uma percepção dos limites permissíveis, toleráveis e seguros da atividade política.

No que diz respeito à relação entre os militares e a abertura, encarada como processo de ressocialização, o importante é que os limites do que era considerado "segurança nacional" foram substancialmente modificados. Ou seja, muitas coisas que ocorrem normalmente na atualidade já foram tratadas como sérias ameaças ao *status quo* há muito pouco tempo.

Este subdimensionamento dos limites da segurança nacional envolveu a redefinição da auto-imagem dos militares, o que, em última instância, significa uma mudança da missão que os militares atribuem a si próprios, bem como da doutrina prevalente no seio das forças armadas brasileiras.

Uma quantidade incrível de papel e energia já foi gasta discutindo a quem se deve a abertura: Foram os militares que a "deram de presente" aos civis? Foi a sociedade civil que, através de sua pressão organizada, conseguiu "arrancá-la" dos militares? Teria o movimento sindical se tornado tão intenso a ponto de tornar a abertura "inevitável"? E assim por diante.

Embora acreditando que todas essas questões sejam da maior importância, centraremos nossa curiosidade nas mudanças ocorridas entre os militares que lhes

* Este texto foi apresentado à mesa-redonda sobre os principais atores no processo de abertura democrático no Brasil, durante a Reunião da Latin-American Studies Association (Lasa), realizada na Cidade do México entre 29 de setembro e 1º de outubro de 1983.

possibilitaram aceitar-conceder-tolerar a abertura sem que isso importasse num desgaste considerável para sua auto-imagem.

Em outras palavras, para que um processo de abertura não-revolucionária, envolvendo uma mudança significativa do papel dos militares, tenha êxito uma coisa é essencial: os militares precisam modificar seu papel e desenvolver uma nova imagem que seja legítima e aceita pela sociedade e por eles próprios. Este artigo focalizará este tipo de mudança, resgatando a idéia subjacente a uma longa entrevista dada por um dos autores ao *Jornal do Brasil*: "Definir o papel dos militares é tarefa fundamental da abertura"².

Partimos de dois pressupostos básicos. Um deles é bem conhecido: os militares tornaram-se atores políticos predominantes desde 1964. O outro, porém, vem sendo freqüentemente ignorado: os militares são uma presença tradicional no cenário político brasileiro. Eles não se lançaram na política apenas em 1964. Ao contrário, mantiveram uma relação intensa com ela pelo menos desde a proclamação da República, e isto se manifestou em diversas instâncias, inclusive na "administração civil do Estado". Maria Victória Benevides em seu livro fornece uma excelente amostra do número de oficiais militares ocupando posições civis já durante o período de democracia representativa, entre 1946 e 1964³.

A autora cita um político que estimou que 13 mil oficiais reformados detiveram postos civis ao longo daquele período. Um de nós conversou com um amigo demógrafo, que examinou o *Almanaque do Exército* e declarou: "Isto é impossível. Os militares deveriam ter uma expectativa de vida de cerca de 110 anos para preencher todas essas posições⁴." A despeito de tudo, os números existem e são bastante significativos.

Se a abertura avançar até sua conclusão lógica, o que farão os militares uma vez fora da política? Para nós, esta é uma questão crucial. Esgotado o ciclo militar, dirão os políticos, com crescente insistência: "Voltem aos quartéis." E nós perguntamos: Voltar aos quartéis para fazer o quê? Engraxar botinas? Impossível. Não se pode fazer a história recuar 19 anos, do modo que persiste o problema: qual será o papel legítimo dos militares, quando deixarem o centro do palco político?

Profissionalização e papel profissional

A despeito do fato de que os militares desempenharam um papel político preeminente desde 1964, o movimento no sentido de sua profissionalização fora da política prosseguiu. Mais que isso, ele foi intensificado a partir de então, por contraditório que pareça.

Todos os generais-presidentes no Brasil após 1964 foram compelidos pela corporação a se reformar, deixando de lado o uniforme, antes de assumir a posição estritamente política que é a presidência. Não foi este o caso, por exemplo, da Argentina (em todos os seus governos militares), do Peru (a partir de 1968), ou do Chile (após 1973). Muito pelo contrário. Nesses países, os presidentes foram ou são oficiais "em uniforme", o mesmo acontecendo com vários de seus ministros.

Edmundo Campos Coelho e Alexandre Barros escreveram um artigo sobre a importância desse simbolismo⁵, que confere maior flexibilidade ao general-presidente: se ele tiver de tomar medidas políticas que não sejam do agrado da instituição armada, poderá escudar-se no fato de não ser mais um oficial da ativa, apesar de continuar sendo militar. Esta ambigüidade dos presidentes militares brasileiros constitui um fato político da maior importância, uma vez que a honra das forças armadas não precisa necessariamente entrar em jogo toda vez que o Executivo adota certas políticas. Quando o presidente Figueiredo se engajou ativamente na campanha eleitoral de 1982 em favor do PDS, chegou a ser vaiado em palanque; mas as vaias foram endereçadas ao presidente, não às forças armadas. Em nosso julgamento, a situação teria sido completamente diferente, caso Figueiredo comparecesse de uniforme aos comícios. Podemos também observar uma mudança de atitude em relação a um episódio de três anos antes, em Florianópolis, com suas cenas fantásticas de ministros tentando agarrar e agredir estudantes. Da última vez, o presidente foi vaiado e isto faz parte da política... Assim, seu envolvimento na campanha mudou os parâmetros que diferenciavam drasticamente a ordem da desordem.

Outro importante fator de profissionalização é o sistema de "reforma automática" que aumentou dramaticamente a taxa de rotatividade dos oficiais, sobretudo nos escalões superiores.

Assim, por exemplo, quando o oficial chega a tenente-coronel, passa a ser governado por um sistema que combina os critérios de mérito e antigüidade para efeito de promoção. Um coronel, após servir durante seis anos neste posto, torna-se promovível ao generalato, mas não pode levar mais de nove anos para isto. Ou seja, se não for promovido num prazo de três anos, ele será automaticamente reformado. Da mesma forma, seu nome pode ser recomendado ao presidente para promoção até três vezes. Se o oficial não for promovido na terceira vez, mesmo que não tenha completado seu nono ano como coronel, seguirá incontinenti para a reforma. E nada pode impedir isto.

O sistema continua quando se é general: duas, três e quatro estrelas. Os generais podem permanecer no máximo quatro anos em cada posição, 12 anos ao todo, ou ainda serem reformados por idade. A importância destes mecanismos que expõem oficiais do serviço ativo segundo critérios impessoais não pode ser subestimada: eles impedem a politização excessiva e indevida da vida interna da instituição.

Outro mecanismo é o que não permite que os oficiais fiquem afastados de posições especificamente militares por mais de dois anos, isto é, se o militar for indicado para um cargo civil, terá dois anos para voltar à ativa, caso contrário será obrigado a se reformar. Dispositivos como estes destinam-se a impedir casos como o de Cordeiro de Farias, que permaneceu vinte e cinco anos como general da ativa, tempo suficiente para cultivar uma base de lealdade própria dentro do Exército.

Mais uma importante característica do desempenho político dos militares brasileiros: nenhum general-presidente foi capaz de prolongar o próprio mandato ou ser "reeleito", embora o general Médici aparentemente o tenha tentado.

Isto é o que pode ser chamado de um sistema de "democracia interna", de características cruciais para garantir a continuidade do regime. Quando um oficial supe-

rior se acha na "oposição" ao atual presidente ou facção militar no poder, sabe que poderá ter sua chance num intervalo previsível de tempo, o que não acontece no Chile e tampouco ocorreu na Argentina, onde os militares continuaram depondo uns aos outros.

Todos esses mecanismos de profissionalização não só asseguraram a continuidade do regime, mas também controlaram a exata mistura entre a política e a profissão militar.

Missão e doutrina militares

Outro aspecto importante no estudo dos estabelecimentos militares são as noções gêmeas de "missão" e "doutrina". Os militares precisam ter uma missão (o que fazer) e uma doutrina (como cumprir a missão) claramente definidas.

Quem leu o livro de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*⁶, está familiarizado com algo comparável à doutrina: o paradigma. Doutrina é uma maneira padronizada de agir. Os militares têm doutrinas para tudo; desde hastear a bandeira ou engraxar botinas até carregar uma pistola ou disparar um obus.

Durante o período da Guerra Fria, a segurança interna constituía a prioridade máxima. As forças armadas existiam primordialmente para combater um inimigo interno percebido como agindo, a maior parte do tempo, a serviço de uma potência inimiga. A segunda prioridade era o patrulhamento das fronteiras e os conflitos regionais, mas seu potencial e credibilidade eram muito menores, já que os Estados Unidos detinham uma liderança incontestável na América Latina bem como o monopólio virtual no suprimento de armas para a região⁷. O terceiro nível de prioridade dos estabelecimentos militares sul-americanos era o confronto Leste-Oeste. Realisticamente, todos os chefes militares da América do Sul sabiam que, no caso de um conflito aberto nessa frente, suas forças armadas teriam muito pouco a fazer.

Recentemente, ocorreram importantes mudanças nestes cenários. A disputa Leste-Oeste ainda é assunto para as grandes potências. Todavia, problemas regionais e de fronteiras tornaram-se dramaticamente visíveis a partir da Guerra das Malvinas. E, conseqüentemente, a segurança interna perdeu algo de sua prioridade, embora, a curto ou médio prazos, a literatura militar-padrão continue a enfatizá-la. A razão disto é que, a despeito do fato de que a velha doutrina priorizando a segurança interna tenha-se esgotado, ainda não há uma nova doutrina que a substitua. É difícil mudar uma doutrina militar, devido à impossibilidade de operar um exército com várias doutrinas competitivas e contraditórias. Deve haver um único paradigma que atravesse todos os escalões, do soldado raso ao general. E isto já está sendo (re)pensado nas principais escolas militares.

Outras mudanças ocorreram no sistema inclusivo. A par da referida atenuação da segurança interna, com a derrota da subversão armada, o país e o mundo enfrentam uma séria crise econômica: vimos acumulando uma inflação de três dígitos em 1981, 1982 e 1983, enquanto que, em 1964, 94,6% de inflação foram pretexto suficiente para derrubar o governo Goulart. Em terceiro lugar, talvez a mais importante mudança para o futuro dos militares: o desenvolvimento de uma indústria bélica na-

cional. Dependendo da fonte que se use, o Brasil pode ser o sétimo ou oitavo produtor de armamentos do mundo, o que, à primeira vista, pode não ser grande coisa. Contudo, convém lembrar que estamos diante de um mercado altamente concentrado. Os Estados Unidos e a União Soviética detêm aproximadamente 90% dele. Em seguida, vêm diversos países da Europa Ocidental, seguindo-se o Brasil quase empatado com Israel. As somas e volumes envolvidos numa escala mundial pesam muito menos que a influência disto nos militares brasileiros.

No que respeita a material para o Exército, o Brasil já produz munições e armas leves como rifles, metralhadoras, pistolas e granadas, mas, sem dúvida, são os carros blindados a grande vedete do equipamento terrestre brasileiro.

Na área de equipamento naval, também há importantes novidades. A indústria brasileira de construção naval desenvolveu-se espetacularmente nos últimos dez anos. Suas linhas de produção concentram-se em navios mercantes, mas são grandes nas suas capacidades potenciais de conversão. Há pouco tempo, a Marinha comprou à Inglaterra seis fragatas do tipo *thornycroft*, que incorporavam tecnologia de construção naval, além de sistemas eletrônicos de orientação e navegação, e assim por diante. Elas foram compradas a um preço muito mais alto do que se tivessem sido adquiridas dos Estados Unidos sem transferência de tecnologia. O contrato estabelecia que duas fragatas seriam construídas na Inglaterra, com a participação de técnicos brasileiros, e as quatro restantes no Brasil, sob a supervisão de pessoal inglês. O objetivo é permitir ao Brasil incorporar o máximo de tecnologia envolvida no processo de fabricação, neste como em outros casos⁸.

Quanto à Força Aérea, há um grande complexo industrial na cidade de São José dos Campos, São Paulo, e que teve sua origem com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Com o tempo, outras empresas de material bélico surgiram em São José dos Campos.

O Brasil já produz vários modelos de aviões. O pioneiro "Bandeirante" talvez seja o mais famoso internacionalmente. É um turboélice com capacidade de 21 lugares, podendo ser adaptado com radar para fins de reconhecimento, como ocorre com os que foram vendidos à Força Aérea do Chile e hoje patrulham a região do Canal de Beagle. Há também o caça monorreator "Xavante", produzido com tecnologia italiana, além de foguetes de todos os tipos, incluindo o "Piranha", que, segundo os especialistas, rivaliza em alcance e precisão com o francês "Exocet"⁹.

Conclusões

Este artigo procurou esclarecer as mudanças que vêm afetando as forças armadas brasileiras sob o aspecto profissional e que determinam um maior envolvimento da oficialidade em questões estritamente militares e de relações internacionais num grau inédito desde a Segunda Guerra Mundial. Estas mudanças favorecem a continuação do processo de abertura. É irrelevante discutir se elas são ou não condições suficientes, mas não há dúvida de que são necessárias.

Nossa idéia está aberta a questionamentos. Pode-se argumentar que constitui uma explicação mecânica, ou seja, que os fatores que possibilitam aos militares abandonar o centro do palco político são muito mais complexos que os aqui apontados. Sim, não deixa de ser um argumento válido, o que, todavia, não invalida nossa tese mais geral de que, a menos que os militares descubram um papel social legítimo para si próprios, não abandonarão a política em nenhuma medida significativa.

Raciocinando numa base histórica mais longa, a evolução dos Estados nacionais na Europa Ocidental ensejou uma diferenciação profissional entre os homens armados que desempenhavam funções de defesa internacional e outros, responsáveis por funções de polícia, da mesma maneira que a luta pelo poder político envolvia obrigatoriamente “conspiração, rebelião, traição e intriga”, até princípios do século XVIII, na Inglaterra¹⁰. Assim é possível encarar o que está ocorrendo no Brasil como parte de um processo mais amplo de edificação estatal¹¹, no qual o papel a ser desempenhado pelos militares tenderá a evoluir como qualquer outra instituição da sociedade.

Este processo pode ser mais ou menos lento, estando também sujeito a potenciais retrocessos, isto é, os militares podem perfeitamente decidir voltar ativamente à política. Contudo, do nosso ponto de vista, esta é uma possibilidade mais remota, graças à combinação de dois movimentos. O primeiro confere aos militares uma nova auto-imagem de profissionais armados com a tarefa de defender o Estado nacional do qual são, ao mesmo tempo, cidadãos e servidores, “devido ao surgimento de novas oportunidades para o desempenho desse papel”; o segundo consiste na “nova percepção das necessidades de defesa externa”.

Estas condições orientam os militares para um novo papel. Outras, porém, podem atraí-los de volta para a política interna, isto é, não é totalmente impossível que eles reassumam a tarefa de manter a ordem interna. Entretanto, isto nos parece menos provável na medida em que, paralelamente aos processos que estão afetando os militares *per se*, há outros relacionados com o crescimento do Estado nacional brasileiro enquanto tal.

Como apontamos acima, a abertura implica uma ressocialização de todos os grupos em novas formas de comportamento. Assim, a menos que estes limites sejam violados a um ponto intolerável, as chances são de que o conceito de segurança nacional continue a se estreitar – i.e., o dissenso será considerado cada vez mais legítimo dentro do sistema político, assim como tenderá a continuar a especialização funcional no emprego da violência organizada, ou seja, os militares dedicar-se-ão cada vez mais às suas atribuições profissionais. Esperamos que este movimento seja suficientemente forte e duradouro de modo a impedir que se concretize o exercício de ficção política feito por José Antônio Severo em seu livro *A invasão: 24 de junho de 1986 – O dia em que o Brasil invadiu Angola*¹².

NOTAS

1 – Para uma proposta política que precedeu a abertura e seguramente influenciou o processo de sua implementação, ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Estratégias de descompressão política*. Brasília, Ipeac/Senado Federal, 1973.

- 2 – Ver BARROS, Alexandre de S.C. Definir o papel dos militares é tarefa fundamental da abertura, entrevista a PRADO, João Rodolfo do. Caderno Especial, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 agosto de 1981, e também BARROS, Alexandre de S.C. Um problema para os militares: o que fazer fora da política. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 1^o abril de 1981.
- 3 – Ver BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 4 – Contato pessoal mantido em Chicago, 1976.
- 5 – BARROS, Alexandre de S.C. & COELHO, Edmundo Campos. Military intervention and withdrawal in South America. *International Political Science Review*, 2(3), 1981.
- 6 – KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 2 ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1970 (Ed. brasileira. Perspectiva, São Paulo).
- 7 – Ver BARROS, Alexandre de S.C. The diplomacy of national security: South American international relations in a defrosting World. In: *Latin America: The Search for a New International Role*. Beverly Hills, Califórnia, Sage, 1975 (editado por Ronald Hellman e H. Jon Rosenbaum).
- 8 – Ver MCCANN, Frank. The brazilian army and arms Supply (trabalho apresentado na Lasa Meeting). Washington, D.C., 3-7 março 1982, & BARROS, Alexandre de S.C. The brazilian arms industry: an instrument of foreign policy. In: *Arms Production in Developing Countries: An Analysis of Decision Making*. Washington, D.C., Heath & Co., 1983 (editado por James Katz).
- 9 – São José dos Campos tem um aeroporto internacional, onde, tempos atrás, os repórteres de *O Estado de S. Paulo* identificaram um grande avião de carga soviético pintado com as cores do Iraque e que supostamente deveria ser carregado com armamentos e partir rapidamente. Entretanto, devido a problemas técnicos, o jato ficou parado na pista por dois dias.
- 10 – Ver PLUMB, J.H. *The growth of political stability in England: 1675-1725*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1973 (especialmente o Capítulo I, The Background to Politics in 1688).
- 11 – Ver BARROS, Alexandre de S.C. The brasilian military: professional socialization, political performance and state-building (especialmente capítulo VI: The military and incomplete and uneven process of state-building in Brazil) (tese de doutorado à Universidade de Chicago, 1978).
- 12 – Ver SEVERO, José Antônio. *A invasão: 24 de junho de 1986 – O dia em que o Brasil invadiu Angola*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1979.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?